



NIEROI/RJ

Vigilantes da Golden Rio protestam e pedem mais respeito



A direção do Sindicato dos Vigilantes de Niterói e Região esteve presente em apoio aos vigilantes da empresa Golden Rio, que prestam serviços para a Prefeitura de Maricá, a fim de cobrar mais respeito e compromisso com os trabalhadores. Apesar da contratante pagar as faturas em dia, direitos dos vigilantes não estão sendo cumpridos.

Durante o ato, os trabalhadores reivindicaram o pagamento da segunda parcela do tíquete refeição do mês passado, da primeira parcela do benefício deste mês e a primeira parcela do 13º salário, que ainda não foi pago.

Os secretários Geral de Governo, João Maurício

de Freitas, e de Trânsito e Engenharia Viária, Marinho da Construção, se comprometeram em chamar os representantes da empresa para cobrar solução até a próxima sexta (09).

“Agradecemos aos secretários por ter recebido o sindicato e os vigilantes e esclarecido a situação e por estar se empenhando em ajudar os companheiros pressionando a empresa para efetuar os pagamentos”, disse o presidente do Sindicato dos Vigilantes de Niterói e regiões, Cláudio Vigilante.

FONTE: SINDICATO DOS VIGILANTES DE NITEROI/RJ

INSS deverá analisar benefício em 25 dias após fixar prazo de 9 meses

Para magistrada, o limite imposto pela autarquia para analisar benefício a deficiente físico ultrapassou o estabelecido pelo pleno do STF e a CF/88



INSS deverá realizar perícia para concessão de benefício por incapacidade em 25 dias.(Imagem: Antonio Molina/Folhapress)

INSS deverá realizar perícia para concessão de benefício a deficiente físico no prazo máximo de 25 dias sob multa diária de R\$ 100. A decisão é da juíza Federal Karine Costa Carlos Rhem da Silva, da vara Federal Cível e Criminal da SSJ de Jequié/BA. O entendimento se deu após a magistrada verificar que o prazo de análise de nove meses posto pela autarquia ultrapassou o estabelecido pelo pleno do STF.

Segundo consta nos autos, um deficiente físico solicitou de forma virtual, em julho de 2022, um benefício assistencial por suportar enfermidades físicas congênitas que o impedem de exercer qualquer atividade profissional. Em resposta ao pedido, o INSS agendou a perícia médica e social em data totalmente contrária ao permitido pelo regime, com previsão a serem realizadas em maio de 2023, aproximadamente nove meses após o solicitado.

Assim, o autor buscou mandado de segurança, visto que todos os prazos legais foram desrespeitados pela instituição, além de

necessitar do benefício para sua sobrevivência, uma vez que se encontra vivendo em estado precário.

Para a juíza Federal, houve excesso de prazo, ferindo assim a Constituição Federal.

“A fim de preservar a estrita observância aos princípios da legalidade e da eficiência, previstos no art. 37, caput, da CF/88, bem como ao direito fundamental à razoável duração do processo e à celeridade de sua tramitação, nos termos do art. 5º, LXXVII, da CF/88, é de ser reconhecida a alegação de excesso de prazo.”

Ademais, a magistrada ressaltou a jurisprudência do STJ, fixando multa em caso de descumprimento de obrigação de fazer.

“Além disso, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é firme no sentido do cabimento de fixação de multa para o caso de descumprimento de obrigação de fazer, não estabelecendo distinção entre fixação prévia ou posterior à resistência à ordem judicial (AgRg no AREsp nº 296.471/SC, Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho, 1ª Turma, DJe 3.4.2014; AgRg no REsp nº 1409194/PB, Rel. Min. Mauro Campbell, 2ª Turma, DJe de 16.12.2013).”

Nesse sentido, concedeu a segurança no sentido de obrigar o INSS a analisar o procedimento administrativo do benefício no prazo de 25 dias, sob pena de multa diária no importe de R\$ 100.

O advogado Luiz Fernando Ribas do escritório Merola & Andrade Advogados atua a favor do beneficiário.

FONTE: MIGALHAS (<https://www.migalhas.com.br/quentes/377303/inss-devera-analisar-beneficio-em-25-dias-apos-fixar-prazo-de-9-meses>)

Custo da cesta básica aumenta nas capitais do Centro-Sul

DIEESE

Cálculo

Em novembro de 2022, o **salário mínimo necessário** para manutenção de uma família de quatro pessoas deveria equivaler a **R\$ 6.575,30**



O valor do conjunto dos alimentos básicos aumentou em 12 das 17 capitais onde o DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos) realiza mensalmente a Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos.

Entre outubro e novembro, as altas mais expressivas ocorreram em Belo Horizonte (4,68%), Florianópolis (2,96%), São Paulo (2,69%) e Goiânia (2,03%). Já as reduções ocorreram em algumas cidades do Norte e do Nordeste: Salvador (-2,12%), João Pessoa (-1,28%), Recife (-1,27%), Natal (-1,12%) e Aracaju (-0,69%).

São Paulo foi a capital onde o conjunto dos alimentos básicos apresentou o maior custo (R\$ 782,68), seguida por Porto Alegre (R\$ 781,52), Florianópolis (R\$ 776,14), Rio de Janeiro (R\$ 749,25) e Campo Grande (R\$ 738,53). Nas cidades do Norte e do Nordeste, onde a composição da cesta é diferente, os menores valores médios

foram registrados em Aracaju (R\$ 511,97), Salvador (R\$ 550,67), Recife (R\$ 551,30) e João Pessoa (R\$ 552,43).

A comparação dos valores da cesta, entre novembro de 2022 e novembro de 2021, mostrou que todas as capitais tiveram alta de preço, com variações que oscilaram entre 5,06%, em Recife, e 16,54%, em Belo Horizonte. Em 2022, o custo da cesta básica apresentou elevação em todas as cidades, com destaque para as variações acumuladas em Goiânia (15,45%), Campo Grande (15,15%), Brasília (14,58%), Belo Horizonte (14,58%) e Porto Alegre (14,44%).

Em Recife, foi registrada a menor variação, de 3,56%. Com base na cesta mais cara, que, em novembro, foi a de São Paulo, e levando em consideração a determinação constitucional que estabelece que o salário mínimo deve ser suficiente para suprir as despesas de um trabalhador e da família dele com alimentação, moradia, saúde, educação, vestuário, higiene, transporte, lazer e previdência, o DIEESE estima mensalmente o valor do salário mínimo necessário.

Em novembro de 2022, o salário mínimo necessário para a manutenção de uma família de quatro pessoas deveria ter sido de R\$ 6.575,30, ou 5,43 vezes o mínimo de R\$ 1.212,00. Em outubro, o valor necessário era de R\$ 6.458,86 e correspondeu a 5,33 vezes o piso mínimo. Em novembro de 2021, o valor do mínimo necessário deveria ter ficado em R\$ 5.969,17, ou 5,43 vezes o valor vigente na época, de R\$ 1.100,00

Fonte: Migalhas

Universidades federais não terão dinheiro para pagar conta de luz e água este mês

O governo Bolsonaro bloqueou mais R\$ 344 milhões. Isso ocorreu seis horas após o MEC liberar o uso da verba. Em junho, havia bloqueado R\$ 438 milhões. A UFABC, no ABC paulista, perdeu agora R\$ 7 milhões, deixando a universidade em situação inédita em 16 anos de instituição



Universidade criada no governo Lula, a UFABC avisou a comunidade universitária que não tem dinheiro para honrar compromissos assumidos

As universidades federais de todo o país não terão dinheiro para pagar contas de luz, água, serviços de limpeza e segurança que vencem neste mês de dezembro. Faltam recursos também para bolsas e auxílios para estudantes. “De forma estarrecida, vimos comunicar que as medidas do Governo Federal, em relação às operações financeiras das universidades federais, culminaram na inviabilidade imediata do cumprimento dos pagamentos de bolsas e serviços nas instituições de ensino superior do Brasil”, diz a reitoria da Universidade Federal do ABC (UFABC) em trecho de nota à comunidade universitária divulgada nesta segunda-feira (5). A universidade foi criada no primeiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva.

“Desse modo, neste mês de dezembro, mantidas as medidas, a UFABC não conseguirá pagar nenhuma das modalidades de bolsas e auxílios estudantis vigentes e nenhum dos serviços da Universidade já executados no mês de novembro (limpeza, segurança, fretado, energia elétrica, água, etc.). Trata-se, lamentavelmente, de um montante de mais de R\$ 7 milhões que foi abruptamente retirado da governança da Universidade, gerando uma situação com envergadura jamais ocorrida ao longo destes 16 anos da instituição”, diz outro trecho do comunicado (confira íntegra no final da reportagem).

Segundo a associação que representa os reitores das universidades (Andifes), o governo “zerou o limite de pagamento das despesas discricionárias do Ministério da Educação previsto para o mês de dezembro”. No total, o governo de Jair Bolsonaro (PL) voltou a bloquear R\$ 344 milhões em recursos das universidades federais. Isso ocorreu seis horas após o Ministério da Educação (MEC) liberar o uso da verba.

Em 28 de novembro, durante o jogo da seleção, o governo informou bloqueio de R\$ 1,4 bilhão na Educação, sendo que deste valor, R\$ 344 milhões seriam retirados das contas das universidades. No dia 1º de dezembro, após manifestação da Andifes e de diferentes entidades da educação, a pasta informou que restituiria os limites de empenho dos recursos. Na prática, significava reestabelecer os valores para que as universidades pudessem usar os recursos para pagar contas de serviços já fornecidos, como água, luz, segurança e contratos terceirizados.

Bloqueio zera contas das universidades federais

Poucas horas após o MEC restituir os limites de empenho, na noite de 1º de dezembro, o governo voltou a bloquear os recursos. Para isso editou o Decreto 11.269 e o MEC informou aos órgãos vinculados à pasta que “zerou o limite de pagamento das despesas discricionárias do Ministério da Educação previsto para o mês de dezembro”.

Segundo a associação dos reitores, o bloqueio ocorre em um período no qual as universidades já enfrentavam grandes dificuldades para o pagamento desses compromissos assumidos. Isso porque já havia a retirada anterior de R\$ 438 milhões, realizada em junho passado.

“De maneira inacreditável, as universidades e os institutos federais viram acontecer uma reviravolta na questão do bloqueio de seus

recursos. De um lado o Ministério da Educação restituiu os limites dos nossos gastos, de outro, o Ministério da Economia simplesmente retirou os recursos. É uma situação absolutamente inédita, e nos deixa sem recursos e sem possibilidade de honrar os gastos das universidades, inclusive bolsas, conta de luz e água, coleta de lixo, e nossos terceirizados”, afirmou em vídeo publicado nesta sexta-feira, 2 de dezembro, o presidente da Andifes, reitor Ricardo Marcelo Fonseca (UFPR).

Este bloqueio mais recente alcançou, inclusive, empenhos que já tinham sido feitos. “A máquina pública precisa continuar girando, e as universidades precisam manter seus compromissos. Estamos na esperança e no diálogo para que esta situação seja revertida, por sua imensa gravidade, o mais breve possível”, destacou Fonseca.

Confira íntegra do comunicado da reitoria da UFABC

Medidas e cortes inéditos do Governo Federal agravam situação das universidades e inviabilizam pagamento de bolsas e serviços já neste mês de dezembro

Estimada comunidade universitária,

O cenário gerado pelas últimas movimentações governamentais imobilizaram qualquer capacidade de operações internas para reversão deste drástico quadro. Na última sexta-feira, ainda durante o jogo do Brasil, a Reitoria da UFABC oficiou autoridades do Ministério da Educação (MEC), explicitando a grave situação decorrente das referidas operações do Governo e reivindicando medidas imediatas capazes de reverter este cenário.

Em um trecho do documento, a Reitoria enfatizou: “Preocupa-nos, em especial, o pagamento das bolsas e dos auxílios e dos contratos que envolvem serviços terceirizados, pois causarão impacto direto na subsistência de discentes e dessas trabalhadoras e trabalhadores. Clamamos pela solução deste problema, para que possamos honrar os compromissos legalmente assumidos, e para garantirmos que não haja vulnerabilização dessas pessoas de nossa comunidade universitária”.

Ao que tudo indica, a gravidade do contexto de cortes também se estende às instituições de fomento à pesquisa, como CAPES e CNPQ, que já indicaram impactos no pagamento de bolsas. Ainda aguardamos dos órgãos, informações oficiais e detalhadas sobre este assunto. Gestoras e gestores das Universidades Federais de todo o país, por meio da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), estão, de modo permanente e incansável, mobilizados e em interlocução com atores políticos e governamentais para reverter a gravíssima situação em que foram colocadas estas instituições.

Nesta semana, dirigentes, incluindo da UFABC, estarão em Brasília para tratar, incisivamente, do cenário devastador que se apresenta. Em caráter de urgência, ainda nesta terça-feira, 6 de dezembro, a equipe de gestão da UFABC se reunirá com entidades representativas das categorias da instituição para avaliar os impactos imediatos dos cortes na comunidade interna, sobretudo em relação às e aos estudantes e trabalhadoras(es) terceirizadas(os). A Reitoria manterá a comunidade atualizada sobre a situação e conclama a todas e todos a mobilizarem-se, no sentido de reverter o cenário atual e de manter a permanente defesa das universidades públicas brasileiras, que são patrimônio nacional.

Entenda como as ações do Governo Federal nos últimos dias inviabilizaram pagamentos de bolsas e serviços das Universidades

Foi publicado, em Edição Extraordinária do Diário Oficial da União de 30 de novembro de 2022, o Decreto nº 1.269/2022, que altera o Decreto nº 10.961, de 11 de fevereiro de 2022. Este decreto e suas atualizações dispõem sobre a programação orçamentária e financeira e estabelecem o cronograma de execução mensal de desembolso do Poder Executivo federal para o exercício de 2022. Com a publicação do Decreto, na noite de quinta-feira (01/12/2022) a Setorial Financeira do Ministério da Educação, por intermédio da Subsecretaria de Planejamento e Orçamento (SPO/MEC), enviou Comunica SIAFI nº 2022/3095354, informando que o novo Decreto zerou os limites de pagamentos das despesas discricionárias do MEC. Ainda de acordo com o Comunicado da SPO/MEC, o governo indicou que não liberará mais recursos financeiros para pagamento das despesas, mesmo das já contratadas e executadas.

Além disso, o mesmo decreto impôs novo corte do orçamento, efetuado também na quinta-feira (01/12) e comunicado no dia seguinte, por meio do Comunica SIAFI nº 2022/3098060, no valor de R\$ 3.559.818,00. Tal ação impossibilita a emissão de novos empenhos para as licitações/contratações que já estavam em andamento e deixa o saldo orçamentário negativo. Esse bloqueio representa 6,8% do orçamento da UFABC, o que somados aos 7,2% cortados em junho, perfazem 14% de redução. Ou seja, basicamente, o que está determinado no decreto é que o Governo retira a autorização, já dada em decretos anteriores, de empenho de parte importante do nosso orçamento, e inviabiliza o passo seguinte da execução orçamentária, que é a conversão destes empenhos em pagamentos a bolsistas e fornecedores.

Focando apenas nos pagamentos dos próximos dias, que dependem exclusivamente do repasse do MEC, até 02/12/2022 a UFABC totalizava R\$ 7.388.926,65 em contas a serem pagas, sendo esta uma operação que sempre acontece depois do empenho emitido e dos serviços executados. Desse montante, R\$ 6.637.723,25 são para pagamento de notas fiscais a fornecedores/prestadores de serviços e R\$ 751.203,40 para pagamento de bolsas e auxílios. Nossa expectativa era receber parte desse recurso ainda na sexta-feira (02/12) para efetuar os pagamentos de despesas básicas (bolsas, auxílios, fornecedores de bens, prestadores de serviços, concessionárias, etc). Contudo, não recebemos nenhum recurso financeiro e tanto o Decreto, quanto o Comunica SIAFI indicam que não receberemos mais recursos em 2022, inviabilizando o pagamento desses compromissos.

Ao longo do ano tivemos oportunidades de discutir o orçamento da Universidade e passamos por situações que mostravam que este seria um ano delicado, mas a situação atual é de extrema gravidade, colocando em risco as Universidades Federais e, conseqüentemente, a formação qualificada de profissionais e a produção de conhecimento científico. Reiteramos que manteremos a comunidade universitária atualizada sobre quaisquer novas movimentações referentes à situação financeira e orçamentária das universidades federais e seus impactos no cotidiano da UFABC.

Cordialmente,

Reitoria – Universidade Federal do ABC

FONTE: Por Cida de Oliveira, da RBA

INSS pode paralisar serviços nesta quarta e, por falta de dinheiro, fechar agências

Autarquia enviou ofício ao Ministério da Economia alertando que falta de recursos provocadas pelos bloqueios orçamentários deve prejudicar o atendimento à população

MARCELLO CASAL/AGÊNCIA BRASIL



Os bloqueios orçamentários que marcam a gestão, em especial o fim de governo, de Jair Bolsonaro (PL), devem paralisar os serviços do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) nesta quarta-feira (7).

Isso porque, ao bloquear verbas para não estourar o limite de despesas imposto pelo teto de gastos, a administração federal tem somente R\$ 2,4 bilhões “para custear todas as despesas discricionárias dos órgãos, o que inclui compra de materiais e pagamento de contratos.

Em ofício enviado ao secretário de Orçamento Federal, do Ministério da Economia, Ariosto Antunes Culau, o INSS afirma que “a falta dos recursos causará grave prejuízo ao funcionamento desta Autarquia, ocasionando suspensões de contratos, a partir da próxima quarta-feira, dia 07/12/2022, bem como deslocamentos de servidores de forma imediata, impactando, conseqüentemente, no atendimento à população e na prestação dos serviços essenciais do INSS”. O ofício foi divulgado nesta terça-feira pela CNN, com reportagem de Basília Rodrigues.

Isso poderá levar ao fechamento de agências, suspensão de perícias, atrasos em pagamentos do INSS e interrupção de contratos com terceirizados.

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

O ofício é assinado pelo presidente do INSS, Guilherme Gastaldello, e foi encaminhado à Secretaria de Orçamento na sexta-feira (2) com o assunto o “impacto das restrições orçamentárias no âmbito do INSS”.

Pelas contas da equipe econômica, reveladas pelo jornal Valor Econômico e complementadas pela Folha de S. Paulo, podem faltar ao menos R\$ 15 bilhões para pagar benefícios no último mês do ano.

O senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) comentou a situação do INSS nas redes sociais: “É absurda a situação que o atual governo entrega o país: caos e descaso”.

Atualmente, há cerca de 18 mil pessoas trabalhando no INSS. Entre funcionários do instituto, ouvidos pela reportagem da CNN, o cenário é descrito como “fim do mundo” ou, tecnicamente, um shutdown, termo em inglês que significa “desligar”, e que assombra diversos órgãos públicos neste fim de ano devidos aos bloqueios de recursos, anunciados pelo Ministério da Economia.

O INSS tem pedido recomposições orçamentárias há algum tempo, a ponto de alertar para dificuldade de realizar pagamentos de aposentadorias em dezembro. Esses apelos, no entanto, não teriam tido resultado.

Tanto que, no ofício, Gastaldello afirma que, apesar dos esforços do INSS e da parceria do Ministério do Trabalho, que, segundo o presidente do instituto, “auxiliou com orçamento enquanto foi possível”, o órgão irá adotar medidas de “caráter emergencial”. Além dos bloqueios, explica que a mudança de cenário se dá também por causa da “informação de que as demandas de créditos suplementares não serão atendidas em razão do cenário restritivo resultante da avaliação de receitas e despesas primárias do 5º bimestre”.

Com informações da CNN, Folha de S.Paulo e Valor Econômico - FONTE: Redação RBA

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF